

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
PREFÁCIO DA AUTORA À 6ª EDIÇÃO.....	VII
ALGUMAS PALAVRAS SOBRE À 5ª EDIÇÃO	XI
ALGUMAS PALAVRAS SOBRE À 2ª EDIÇÃO	XV
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO	XVII
INTRODUÇÃO	1

LIVRO I

PRESSUPOSTOS DO

CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO

Capítulo I

PROPOSIÇÕES PROPEDÊUTICAS

1. FUNDAMENTOS DE UMA TEORIA.....	7
2. PRESSUPOSTOS DO CONHECIMENTO	10

XXIII

2.1	Conhecimento em sentido amplo e em sentido estrito	13
2.2	Giro-linguístico	17
2.3	Linguagem e realidade.....	22
2.4	Língua e realidade	24
2.5	Sistema de referência	28
2.6	Considerações sobre a verdade	33
2.7	Autorreferência da linguagem	38
2.8	Teoria dos jogos de linguagem	41
3.	CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	43
3.1	Linguagem científica e Neopositivismo Lógico...	44
3.2	Pressupostos de uma teoria	47
3.2.1	Delimitação do objeto	48
3.2.2	Método	53
4.	TEORIA GERAL DO DIREITO	58
4.1	Teoria geral e teorias específicas do direito	59
4.2	Pode-se falar na existência de uma Teoria Geral do Direito?.....	63
4.3	Importância da Teoria Geral do Direito	68

Capítulo II

O “DIREITO” COMO OBJETO DE ESTUDO

1.	SOBRE O CONCEITO DE “DIREITO”	73
2.	SOBRE A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE “DIREITO”	77
2.1	As definições.....	77
2.2	Definição e direito	80

CURSO DE TEORIA GERAL DO DIREITO

3. PROBLEMAS DA PALAVRA “DIREITO”	80
3.1 Ambiguidade	82
3.2 Vaguidade.....	85
3.3 Carga emotiva	87
4. TEORIAS SOBRE O DIREITO.....	89
4.1 Jusnaturalismo.....	90
4.2 Escola da Exegese.....	92
4.3 Historicismo.....	93
4.4 Realismo jurídico	93
4.5 Positivismo.....	95
4.6 Culturalismo Jurídico	97
4.7 Pós-Positivismo	99
5. SOBRE O CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO	100
6. O DIREITO COMO NOSSO OBJETO DE ESTUDOS.....	102
7. CONSEQUÊNCIAS METODOLÓGICAS DESTE RECORTE.	103
8. MÉTODO HERMENÊUTICO-ANALÍTICO.....	107

Capítulo III

DIREITO POSITIVO E CIÊNCIA DO DIREITO

1. DIREITO POSITIVO E CIÊNCIA DO DIREITO	111
2. CRITÉRIOS DIFERENCIADORES DAS LINGUAGENS DO DIREITO POSITIVO E DA CIÊNCIA DO DIREITO.....	114
2.1 Quanto à função.....	114
2.2 Quanto ao objeto	121
2.3 Quanto ao nível de linguagem.....	123

2.4 Quanto ao tipo ou grau de elaboração	125
2.5 Quanto à estrutura	128
2.6 Quanto aos valores.....	130
2.7 Quanto à coerência.....	133
2.8 Síntese	136

Capítulo IV

TEORIA DOS SISTEMAS

1. SOBRE OS SISTEMAS.....	141
1.1 Noção de sistema.....	142
1.2 Classificação dos sistemas	145
2. DIREITO POSITIVO, CIÊNCIA DO DIREITO E REALIDADE SOCIAL.....	151
2.1 Intransitividade entre os sistemas.....	153
2.2 Direito positivo e Ciência do Direito como subsistemas sociais.....	155
2.3 Teoria dos sistemas.....	158
2.3.1 Código, programas e função	159
2.3.2 Acoplamento estrutural, abertura cognitiva e fechamento operativo.....	161
3. DÚVIDAS QUANTO AO DIREITO POSITIVO SER UM SISTEMA.....	164
4. SOBRE O SISTEMA DA CIÊNCIA DO DIREITO...	167
5. FALSA AUTONOMIA DOS RAMOS DO DIREITO	169
6. DIREITO POSITIVO E OUTROS SISTEMAS NORMATIVOS	172

Capítulo V
SEMIÓTICA E TEORIA COMUNICACIONAL
DO DIREITO

1. LÍNGUA, LINGUAGEM E FALA.....	177
1.1 O signo.....	179
1.2 Suporte físico, significado e significação do direito positivo e da Ciência do Direito.....	182
2. SEMIÓTICA E DIREITO	184
3. TEORIA COMUNICACIONAL DO DIREITO POSITIVO	186
4. O DIREITO COMO TEXTO.....	190
4.1 Texto e conteúdo	192
4.2 Dialogismo – contexto e intertextualidade.....	194

Capítulo VI
O DIREITO E A LÓGICA

1. LÓGICA E LINGUAGEM.....	199
1.1 Enunciado e proposição	201
1.2 Formalização da linguagem	203
1.3 Fórmulas lógicas	206
1.4 Operações lógicas	210
2. A LÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA O ESTUDO DO DIREITO.....	212
3. OS MUNDOS DO “SER” E DO “DEVER-SER”	214
3.1 Causalidade e nexos lógicos	214
3.2 Causalidade física ou natural e causalidade jurídica	217
3.3 Leis da natureza e leis do direito.....	221

4. MODAIS ALÉTICOS E DEÔNTICOS.....	223
5. O CARÁTER RELACIONAL DO “DEVER-SER” ...	231
6. DIREITO E SUA REDUÇÃO LÓGICA – MODAIS DEÔNTICOS E VALORAÇÃO DA HIPÓTESE NORMATIVA	234

Capítulo VII

HERMENÊUTICA JURÍDICA E TEORIA DOS VALORES

1. TEORIAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO	239
2. COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO	243
3. INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO.....	247
4. INTERPRETAÇÃO DOS TEXTOS JURÍDICOS.....	249
5. SOBRE O PLANO DE CONTEÚDO DO DIREITO .	253
6. PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS TEXTOS JURÍDICOS.....	256
6.1 S1 – o sistema dos enunciados prescritivos – plano de expressão do direito positivo.....	259
6.2 S2 – o sistema dos conteúdos significativos dos enunciados prescritivos.....	264
6.3 S3 – o sistema das significações normativas – proposições deonticamente estruturadas.....	267
6.4 S4 – o plano das significações normativas sistematicamente organizadas.....	271
6.5 Integração entre os subdomínios S1, S2, S3 e S4	274
7. INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA	275
8. SOBRE OS MÉTODOS DE ANÁLISE DO DIREITO	280
9. TEORIA DOS VALORES.....	285
9.1 Sobre os valores	285

9.2 Os valores e o direito	289
----------------------------------	-----

LIVRO II

TEORIA DA NORMA JURÍDICA

Capítulo VIII

A ESTRUTURA NORMATIVA

1. POR QUE UMA TEORIA DA NORMA JURÍDICA?	295
2. QUE É NORMA JURÍDICA?	297
3. NORMA JURÍDICA EM SENTIDO ESTRITO	300
4. HOMOGENEIDADE SINTÁTICA E HETEROGENEIDADE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS NORMAS JURÍDICAS	304
5. ESTRUTURA DA NORMA JURÍDICA	308
5.1 Antecedente normativo	312
5.2 O operador deôntico	315
5.3 O conseqüente normativo	317
5.4 A implicação como forma sintática normativa...	321
6. NORMA JURÍDICA COMPLETA.....	324
6.1 Norma primária e secundária na doutrina jurídica	325
6.2 Fundamentos da norma secundária	327
6.3 Estrutura completa da norma jurídica.....	328
6.4 Normas secundárias.....	330
6.5 Sobre o conectivo das normas primária e secundária	332
7. O CONCEITO DE SANÇÃO NO DIREITO	334

Capítulo IX
CONTEÚDO NORMATIVO E CLASSIFICAÇÃO DAS
NORMAS

1. CONTEÚDO NORMATIVO E TEORIA DAS CLASSES	339
1.1 Sobre a teoria das classes	340
1.2 Aplicação das noções de classe para explicação do conteúdo normativo.....	345
2. TIPOS DE NORMAS JURÍDICAS.....	351
2.1 Sobre o ato de classificar	351
2.2 Classificação das normas jurídicas.....	355
2.2.1 Tipos de enunciados prescritivos – S1	357
2.2.2 Tipos de proposições isoladas – S2	359
2.2.3 Tipos de normas jurídicas (<i>stricto sensu</i>) – S3	367
2.2.3.1 Normas de conduta e normas de estrutura.....	367
2.2.3.1.1 Normas de estrutura e suas respectivas normas secundárias	370
2.2.3.2 Normas abstratas e concretas, gerais e individuais	372
2.2.3.3 Tipos de normas jurídicas segundo as relações estabelecidas em S4....	376
2.2.3.3.1 Normas dispositivas e deri- vadas, punitivas e não-pu- nitivas	377
2.2.3.1.1.1 Conectivos lógicos das normas dispositivas deri- vadas e punitivas e não-pu- nitivas.....	383

2.2.4 Tipos de normas jurídicas em sentido amplo.....	385
2.2.4.1 Diferenciação quanto ao núcleo semântico (matéria).....	385
2.2.4.2 Diferenciação quanto ao veículo introdutor.....	386

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ

1. QUE É REGRA-MATRIZ?.....	389
1.1 Normas de incidência e normas produzidas como resultado da incidência	391
1.2 A regra-matriz de incidência.....	393
1.3 Ambiguidade da expressão “regra-matriz de incidência”	396
2. CRITÉRIOS DA HIPÓTESE.....	398
2.1 Critério material	400
2.2 Critério espacial.....	405
2.3 Critério temporal	411
3. CRITÉRIOS DO CONSEQUENTE	417
3.1 Critério pessoal – sujeitos ativo e passivo.....	419
3.2 Critério prestacional.....	426
4. A FUNÇÃO OPERATIVA DO ESQUEMA LÓGICO DA REGRA-MATRIZ.....	429
4.1 Teoria na prática	432

LIVRO III

TEORIA DA INCIDÊNCIA NORMATIVA

Capítulo XI

INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA

1. TEORIAS SOBRE A INCIDÊNCIA DA NORMA JURÍDICA	441
1.1 Teoria tradicional.....	442
1.2 Teoria de PAULO DE BARROS CARVALHO...	444
1.3 Considerações sobre as teorias	447
2. INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO DO DIREITO	450
3. A FENOMENOLOGIA DA INCIDÊNCIA.....	452
4. EFEITOS DA APLICAÇÃO – TEORIAS DECLARATÓRIA E CONSTITUTIVA.....	459
5. SOBRE O CICLO DE POSITIVAÇÃO DO DIREITO	463
6. APLICAÇÃO E REGRAS DE ESTRUTURA.....	466
7. APLICAÇÃO: NORMA, PROCEDIMENTO E PRODUTO	470
7.1 Teoria da ação: ato, norma e procedimento	471
7.2 Aplicação como ato, norma e procedimento	474
8. ANÁLISE SEMIÓTICA DA INCIDÊNCIA.....	477
8.1 Plano lógico: subsunção e imputação.....	478
8.2 Plano semântico: denotação dos conteúdos normativos	482
8.3 Plano pragmático: interpretação e produção da norma individual e concreta.....	485
9. DO “DEVER-SER” AO “SER” DA CONDUTA.....	486

Capítulo XII
APLICAÇÃO - INTERPRETAÇÃO E TEORIA DA
DECISÃO

1. INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DA NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA.....	491
1.1 Interpretação da linguagem do fato	492
1.2 Interpretação do direito	500
1.2.1 O problema das lacunas	503
1.2.1.1 As lacunas na doutrina	503
1.2.1.2 Completude sistêmica.....	506
1.2.1.3 Integração de “lacunas”	509
1.2.1.3.1 Analogia	510
1.2.1.3.2 Costumes	511
1.2.1.3.3 Princípios gerais do direito	515
1.2.1.3.3.1 Princípio como enuncia- do, proposição ou norma jurídica	515
1.2.1.3.3.2 Princípio como valor e como limite objetivo.....	519
1.2.1.3.3.3 Aplicação: entre regras e princípios	522
1.2.2 O problema das antinomias	524
1.2.2.1 Critério hierárquico.....	527
1.2.2.2 Critério cronológico	529
1.2.2.3 Critério da especialidade	530
1.3 Constituição da linguagem competente e teoria da decisão jurídica	532

Capítulo XIII

TEORIA DO FATO JURÍDICO

1. EVENTO, FATO E FATO JURÍDICO	539
2. AMBIGUIDADE DA EXPRESSÃO “FATO JURÍDICO”	544
3. INTERSUBJETIVIDADE DO FATO JURÍDICO	548
4. CATEGORIAS DA SEMIÓTICA – OBJETO DINÂMICO E OBJETO IMEDIATO.....	553
5. FATO JURÍDICO E CATEGORIAS DA SEMIÓTICA.	557
6. TEORIA DAS PROVAS NA CONSTITUIÇÃO DO FATO JURÍDICO.....	563
7. TEORIA DA LEGITIMAÇÃO PELO PROCEDIMENTO E A RELAÇÃO ENTRE VERDADE E FATO JURÍDICO	571
8. TEMPO E LOCAL DO FATO X TEMPO E LOCAL NO FATO	576
10. A FALSA INTERDISCIPLINARIDADE DO FATO JURÍDICO	582
11. FATOS JURÍDICOS LÍCITOS E ILÍCITOS	587

Capítulo XIV

TEORIA DA RELAÇÃO JURÍDICA

1. RELAÇÃO JURÍDICA NO CONTEXTO DO DIREITO	593
2. FALÁCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA “EFECTUAL”..	598
3. TEORIA DAS RELAÇÕES	602
4. RELAÇÃO JURÍDICA COMO ENUNCIADO FACTUAL	608
4.1 Determinação do enunciado relacional	611
4.2 Aplicação das categorias da semiótica	613

5. ELEMENTOS DO FATO RELACIONAL.....	615
5.1 Sujeitos	616
5.2 Objeto – Prestação	617
5.3 Direito subjetivo e dever jurídico.....	621
6. CARACTERÍSTICAS LÓGICO-SEMÂNTICAS DA RELAÇÃO JURÍDICA.....	622
7. CLASSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS..	625
8. EFICÁCIA DAS RELAÇÕES JURÍDICAS	630
9. EFEITOS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS NO TEMPO	632
10. MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS.....	635

LIVRO IV

TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Capítulo XV

ORDENAMENTO JURÍDICO

1. ORGANIZAÇÃO DO DIREITO POSITIVO.....	643
1.1 Relações de subordinação entre normas	644
1.2 Relações de coordenação entre normas.....	648
1.3 Sistemas jurídicos federal, estaduais e municipais	649
1.4 Estática e dinâmica do ordenamento.....	650
2. ORDENAMENTO E SISTEMA	652
2.1 Teorias sobre o ordenamento.....	652
2.1.1 Ordenamento como texto bruto	653

2.1.2 Ordenamento como sequência de sistemas normativos.....	657
2.2 Axiomas do ordenamento jurídico	659

Capítulo XVI

FONTES DO DIREITO

1. SOBRE O TEMA DAS FONTES DO DIREITO	663
1.1 Fontes do direito na doutrina jurídica	664
2. SOBRE O CONCEITO DE “FONTES DO DIREITO”	668
3. ENUNCIÇÃO COMO FONTE DO DIREITO	671
4. DICOTOMIA DAS FONTES FORMAIS E FONTES MATERIAIS.....	676
5. A LEI, O COSTUME, A JURISPRUDÊNCIA E A DOUTRINA SÃO FONTES DO DIREITO?	680
6. DOCUMENTO NORMATIVO COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ESTUDO DAS FONTES	682
6.1 Enunção-enunciada	684
6.1.1 Utilidade da enunção-enunciada.....	685
6.1.2 Enunção-enunciada é fonte do direito?..	687
6.1.3 Sobre a exposição de motivos	688
6.2 Enunciado-enunciado.....	690
7. ENUNCIÇÃO COMO ACONTECIMENTO SOCIAL E COMO FATO JURÍDICO NA ENUNCIÇÃO-ENUNCIADA.....	690
8. QUE É VEÍCULO INTRODUTOR DE NORMAS? ..	691
9. SÍNTESE EXPLICATIVA	694
10. CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS INTRODUTORES ...	695
11. HIERARQUIA DOS VEÍCULOS INTRODUTORES ...	701

11.1 Hierarquia das Leis Complementares	702
---	-----

Capítulo XVII

VALIDADE E FUNDAMENTO DE VALIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS

1. A VALIDADE E O DIREITO	707
2. QUE É “VALIDADE”?.....	709
3. TEORIAS SOBRE A VALIDADE	713
3.1 Atos inexistentes, nulos e anuláveis	714
3.2 Validade como relação de pertencibilidade da norma jurídica ao sistema do direito positivo	717
3.3 Validade do ponto de vista do observador e do ponto de vista do participante.....	719
3.4 Validade como sinônimo de eficácia social ou justiça	721
4. VALIDADE E A EXPRESSÃO “NORMA JURÍDICA”	723
5. CRITÉRIOS DE VALIDADE	725
6. PRESUNÇÃO DE VALIDADE	729
7. MARCO TEMPORAL DA VALIDADE JURÍDICA..	733
8. VALIDADE E FUNDAMENTO DE VALIDADE	736
9. A QUESTÃO DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO TEXTO ORIGINÁRIO DE UMA ORDEM.....	740
9.1 Fundamento jurídico último na ordem anterior ou no próprio texto originário.....	741
9.2 A norma hipotética fundamental de KELSEN..	744
10. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE PRODUÇÃO COMO CRITÉRIO DE PERMANÊNCIA DA NORMA JURÍ- DICA NO SISTEMA.....	746

Capítulo XVIII
VIGÊNCIA, EFICÁCIA E REVOGAÇÃO
DAS NORMAS JURÍDICAS

1. VIGÊNCIA DAS NORMAS JURÍDICAS.....	753
1.1 Vigência plena e vigência parcial.....	756
1.2 Vigência das normas gerais e abstratas e das normas individuais e concretas	757
1.3 Vigência das regras introdutoras e das regras introduzidas.....	760
2. VIGÊNCIA NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	763
2.1 Vigência no tempo.....	763
2.2 Vigência no espaço.....	765
3. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO.....	766
4. EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS.....	767
4.1 Eficácia técnica	768
4.1.1 Ineficácia técnica sob os enfoques sintático, semântico e pragmático.....	769
4.2 Eficácia jurídica	771
4.3 Eficácia social.....	774
5. VALIDADE, VIGÊNCIA E EFICÁCIA.....	776
6. REVOGAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS.....	778
6.1 Sobre a revogação das normas jurídicas	779
6.2 Efeitos da revogação no direito.....	782
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	787